

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.518.617 - PR (2019/0162740-7)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : MARIA MAGDALENA RAMIREZ DE SALINAS
AGRAVANTE : CELESTINO SALINAS GONZALES
ADVOGADO : SAULO JOSÉ CARLOS FORNIELLES MARTINS - PR009254
AGRAVADO : AUTOPISTA LITORAL SUL S/A
ADVOGADOS : GUSTAVO PEREIRA DEFINA - SP168557
MORGANA TALITA TRONCO - SP237251
ANA PAULA MARTINS SUGINOHARA - SP256092
DANILO CESAR HERCULANO CORREIA - SP274940
MATHEUS RODRIGUES KALLAS - SP393030
INTERES. : AIG SEGUROS BRASIL S.A
ADVOGADO : EDUARDO CHALFIN - PR058971
INTERES. : HDI SEGUROS S.A
ADVOGADO : REINALDO MIRICO ARONIS - PR035137
INTERES. : SAGRADA FAMÍLIA S.A.
REPR. POR : TRANSPORTES CABILDO LTDA
ADVOGADOS : RODRIGO MOMBACHCREMONESE - PR038544
RUBENS FLAVIO CARDOSO JUNIOR - PR073565

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto por MARIA MAGDALENA RAMIREZ DE SALINAS e CELESTINO SALINAS GONZALES, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que inadmitiu o Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

"APELAÇÕES CÍVEIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO EM RODOVIA. APELAÇÕES CÍVEIS (1 E 3). ADMINISTRAÇÃO POR CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. ART. 37, § 6º, DA CF. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. ARTS. 3º, § 1º, 14 E 22, PARÁGRAFO ÚNICO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. NECESSIDADE DE EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL. ADOÇÃO DA TEORIA DA CAUSALIDADE DIRETA OU IMEDIATA, TAMBÉM CONHECIDA COMO TEORIA DA INTERRUÇÃO DO NEXO CAUSAL. ART. 403 DO CÓDIGO CIVIL APLICABILIDADE À RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL. IMPUTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE À CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO EM RAZÃO DA

EXISTÊNCIA DE CONES EM FRENTE À ÁREA DE ESCAPE. SINISTRO CAUSADO PELA IMPRUDÊNCIA DO MOTORISTA DE CAMINHÃO. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DIRETA E IMEDIATA COM O FATO IMPUTÁVEL À APELANTE. INTERRUPTÃO DO NEXO CAUSAL. LIAME QUE TAMBÉM SE CONFIGURARIA SE ADOTADA A TEORIA DA CAUSALIDADE ADEQUADA. RECURSOS DE APELAÇÃO (1 E 3) PROVIDOS PARA EXCLUIR A RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO E, POR CONSEQUÊNCIA, DE SUA SEGURADORA, COM REDISTRIBUIÇÃO DAS VERBAS DE SUCUMBÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL (2). PRETENSÃO DE AFASTAR A INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA SOBRE O VALOR DA APÓLICE. SENTENÇA QUE NÃO DETERMINOU A INCIDÊNCIA DE TAL ENCARGO MORATÓRIO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. RECURSO NÃO CONHECIDO NESSE PONTO. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. JUROS DEVEM INCIDIR A PARTIR DO ACIDENTE. ART. 398 DO CÓDIGO CIVIL E NA SÚMULA 54 DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA QUE SE CONTA A PARTIR DO EFETIVO PREJUÍZO. SÚMULA 43 DO STJ. CORREÇÃO DE OFÍCIO DOS JUROS DE MORA INCIDENTES SOBRE O RESSARCIMENTO COM DESPESAS FUNERÁRIAS. AUTOS 0014499-24.2013.8.16.0030. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSOS DE APELAÇÃO (1 E 3) PROVIDOS. APELO (02) CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO. AUTOS 0004400-24.2015.8.16.0030. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO" (fls. 1.167/1.169e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, opostos pela interessada HDI SEGUROS S.A., e pelos ora recorrentes, parcialmente acolhidos, sem efeitos modificativos, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. RECURSOS (01 E 03). AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NA NORMA PROCESSUAL. PREQUESTIONAMENTO. TEMAS ADEQUADAMENTE ENFRENTADOS. EMBARGOS (02 E 04). OMISSÃO QUANTO À FALTA DE GUARD RAIL NO LOCAL DO ACIDENTE.

Superior Tribunal de Justiça

INEXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL. SINISTRO DECORRENTE DA IMPRUDÊNCIA DO MOTORISTA DE CAMINHÃO, SOMADA À FALHA MECÂNICA EM SEUS FREIOS. DEFENSAS METÁLICAS QUE SE DESTINAM A IMPEDIR FUGA DA PISTA, MAS NÃO SE PRESTAM A EVITAR ACIDENTES DECORRENTES DE FORTE COLISÃO COM CAMINHÃO DESGOVERNADO. RECURSOS (02 E 04) ACOLHIDOS EM PARTE, SEM EFEITOS MODIFICATIVOS" (fls. 1.279/1.280e e fls. 1.371/1.372e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com fulcro na alínea **a** do permissivo constitucional, sustentam os agravantes, violação do acórdão recorrido aos arts. 14 e 22 do Código de Defesa do Consumidor, ao argumento de que (a) "o ven. acórdão objurgado acolheu o argumento da Recorrida, no sentido de que as irregularidades na sua prestação de serviços não foram a causa do acidente, mas sim a ação negligente e imprudente do motorista do caminhão da Sagrada Família. Todavia, ao assim entender, o ven. acórdão não valorou adequadamente as provas dos autos, desconsiderando que tanto o BO como as testemunhas comprovaram que o acidente poderia ter sido evitado se a área de escape estivesse aberta" (fl. 1.412e); (b) "ainda, a testemunha MARCO AURÉLIO FELIPE, declarou que: '(06'30") aquela área de escape estava fechada ... estava cheio de cones na frente ... segundo a gente tava comentando este caminhão já vinha bem loco lá de cima já, ela já vinha de lá fazendo besteira, isso quem me narrou foi um outro cara que estava atrás de mim..; '(18'51") isso é uma coisa que me chamou a atenção, até comentei, porque que aquela porcaria existe, se aquilo ali sempre está fechado, e não é a primeira vez que eu passo ali e já vi outras vezes fechado lá ...'(fl. 1.413e); e (c) "a ré AUTOPISTA LITORAL SUL S/A é prestadora de serviço público aplicando-se ao caso a Teoria do Risco da Atividade, sendo dela a responsabilidade pela conservação, sinalização e manutenção da pista em condições seguras de tráfego, garantindo a segurança e o bem-estar de seus usuários.' Destarte, diante do exposto, evidente o nexo de causalidade entre a falha do serviço prestado pela Recorrida e os danos sofridos pelos Recorrentes" (fl. 1.415e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

O recurso, todavia, não merece prosperar.

Cuida-se, na origem, de ação indenizatória proposta contra concessionária que administra rodovia, em razão de acidente de trânsito com resultado morte, ocasionado por suposta desídia em sua administração, devido a ausência de mecanismos de segurança aptos a evitar que veículos fossem arremessados para fora da pista.

Julgada procedente a demanda, recorreram as rés, tendo sido reformada a sentença, em parte, pelo Tribunal local, ensejando a interposição do presente Recurso

Especial.

A Corte de origem, a partir da análise das provas trazidas aos autos, compreendeu afastada a responsabilidade civil da concessionária Autopista Litoral Sul S/A, por ter provado a ausência de defeito na prestação de serviço e a culpa exclusiva de terceiro (inversão **ope legis**), afastando, por consequência, o nexo causal, consoante se extrai dos seguintes excertos do voto condutor do acórdão:

"(...) 42. Destarte, do que se extrai dos autos, pretende-se imputar responsabilidade à Autopista Litoral Sul diante da inexistência de defensas metálicas e do fato de a área de escape estar fechada por cones.

43. Nesse ponto, é de se notar que, apesar de a responsabilidade da concessionária de serviço público ser objetiva, é imprescindível a existência de nexo causal entre sua conduta e o dano sofrido pelo particular.

44. Ao discorrer sobre o nexo de causalidade a doutrina o conceitua como a relação específica de uma causa que acarreta a sucessão por um segundo fenômeno chamado efeito: (...)

53. Desse modo, para que se configure o nexo de causalidade é necessário que o dano seja imediato e direto em relação ao fato, ou seja, sem intervalo e sem intermediário.

54. Nesse aspecto, a conduta imputada à concessionária de pedágio seria incapaz de direta e imediatamente provocar os danos suportados pelos apelados.

55. Com efeito, a ocorrência dos prejuízos materiais e morais sofridos pelos demandantes só foi possível em razão da inquestionável conduta imprudente de um intermediário, o preposto da empresa Sagrada Família S/A.

56. Destarte, independentemente de eventual reprovabilidade pela área de escape estar bloqueada por cones, de tal fato não poderia, por si só, advir o lastimável dano suportado pelos apelados.

57. *Obiter dictum*, ainda que fosse aplicado ao caso em apreço a teoria da causalidade adequada, a qual tem sido invocada em algumas decisões de Tribunais pátrios, ainda assim não estaria presente o nexo de causalidade, pois o dano não é consequência necessária da conduta da concessionária de serviço público.

58. É de se notar, ainda *obiter dictum*, que a área de escape é conceituada por manual do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, o qual cita regulamentação da ABNT, da seguinte forma: (...)

Superior Tribunal de Justiça

59. Ou seja, ainda que fosse necessária analisar a falha na prestação do serviço fornecido pela concessionária em razão da presença do nexo de causalidade, certo é que não havia, segundo relata a prova testemunhal, obstáculo fixo, mas apenas cones, obstáculos móveis, razão pela qual também não haveria conduta imputável à Autopista Litoral Sul.

60. Deveras, até mesmo a contribuição remota dos cones em frente à área de escape para o acidente debatido nos autos é duvidosa, pois não há qualquer elemento probatório que confirme a alegação de que o motorista do caminhão tenha pretendido fazer uso dessa área. Trata-se de mera suposição, sem qualquer respaldo na prova produzida.

61. Desse modo, os recursos de apelação interpostos pela Autopista Litoral Sul e pela AIG Brasil Seguros S/A para julgar improcedentes os pedidos iniciais formulados em face da concessionária de serviço pública" (fls. 1.197, 1.203/1.204, 1.205/1.206e).

Assim, a análise da controvérsia demanda o reexame do contexto fático-probatório, o que é inviável no Superior Tribunal de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial", além do que os "fatos admitidos na instância ordinária constituem premissa, inalterável, do julgamento do recurso especial ou do agravo interposto em face de sua inadmissão" (STJ, AgRg nos EDcl no Ag 249.524/RJ, Rel. Min. ARI PARGENDLER, Terceira Turma, DJ de 08/05/2000).

Nesse sentido:

"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. CULPA EXCLUSIVA DE TERCEIRO RECONHECIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. EXCESSO DE VELOCIDADE E IMPRUDÊNCIA DO CONDUTOR DO VEÍCULO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE. RODOVIA QUE SE ENCONTRAVA DENTRO DAS NORMAS REGULAMENTARES DE SEGURANÇA DA ABNT E DO DNER. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO FUNDAMENTADA NAS PROVAS COLHIDAS NOS AUTOS, NOTADAMENTE NOS LAUDOS TÉCNICOS JUNTADOS PELA RÉ E NO LAUDO PERICIAL REALIZADO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO RECORRIDO.

INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE E OMISSÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CARACTERIZADA. QUESTÕES FÁTICAS DISTINTAS DOS ACÓRDÃOS PARADIGMA E RECORRIDO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Nos termos do que proclama a Constituição Federal, em seu art. 37, § 6º, a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público - concessionárias e permissionárias - por danos causados a terceiros é objetiva, sendo prescindível a demonstração da ocorrência de culpa.

1.1. A configuração de tal responsabilidade, contudo, pode ser afastada em caso de culpa exclusiva da vítima, de terceiro ou, ainda, em caso fortuito ou força maior, tendo em vista que, nessas hipóteses, haverá o rompimento do nexo de causalidade.

2. Na hipótese, o Tribunal de origem, embora tenha reconhecido a responsabilidade objetiva da ré, entendeu, com base no conjunto fático-probatório dos autos, que a causa dos danos não foi a falta de segurança na rodovia, mas, sim, o desgoverno do veículo que atravessou o canteiro central - com 13 (treze) metros de largura - e atingiu o automóvel das vítimas na pista contrária, circunstância que fez romper o nexo de causalidade, afastando-se, assim, a responsabilidade civil da concessionária.

2.1. Ademais, a alegação dos recorrentes de que a instalação de uma barreira de concreto teria evitado a morte das vítimas, o que supostamente caracterizaria a deficiência na segurança da rodovia, foi devidamente afastada pelo Tribunal de origem ao consignar que a instalação desse mecanismo de segurança deve ser feita com moderação, de acordo com as normas técnicas correlatas, porquanto a existência do chamado guard rail em local desnecessário, como na hipótese, embora pudesse ter parado o veículo desgovernado, impedindo-o de atravessar o canteiro central e atingido o automóvel dos filhos dos autores, poderia também ter causado mais mortes no acidente.

2.2. Aliás, por esse motivo é que as normas da ABNT e do DNER, seguidas à risca na Rodovia Ayrton Senna (ao menos no trecho do acidente aqui examinado), conforme reconhecido pelo acórdão recorrido e pela perícia realizada, não determinam a obrigatoriedade de instalação dos guard rails em toda a rodovia, mas apenas em determinados locais onde o perigo é especialmente maior, como, por exemplo, quando há abismos, lagos, rios, dentre outros.

2.3. Embora seja desejado por todos, não há possibilidade de que uma

Superior Tribunal de Justiça

rodovia seja absolutamente segura contra todo e qualquer tipo de acidente, sobretudo quando causado por imprudência ou imperícia dos motoristas, como ocorrido na espécie.

3. Conquanto o Tribunal de Justiça tenha feito referências a notícias extraídas da internet concernentes à qualidade da Rodovia Ayrton Senna, verifica-se que o acórdão recorrido está integralmente fundamentado nas provas colhidas nos autos, notadamente na análise dos laudos juntados pela DERSA, dos documentos emitidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e do laudo pericial.

4. Não há que se falar em obscuridade, contradição ou omissão no acórdão recorrido, razão pela qual não se verifica a apontada violação do art. 535 do CPC/1973.

5. A divergência jurisprudencial não ficou devidamente caracterizada, tendo em vista a manifesta ausência de similitude fática entre os acórdãos paradigma e recorrido.

6. Recurso especial desprovido" (STJ, REsp 1.762.224/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 07/12/2018).

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ATROPELAMENTO COM MORTE. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

1. Rever as conclusões adotadas pela Corte de origem, no que afastou a responsabilidade da concessionária pelo sinistro tanto quanto a culpa exclusiva da vítima, demandaria, necessariamente, a interpretação das cláusulas do contrato de concessão e o reexame da matéria fática constante dos autos, providências vedadas em recurso especial, nos termos das Súmulas 5 e 7/STJ.

2. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no AREsp 1.128.390/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 28/11/2017).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONCESSIONÁRIA ADMINISTRADORA DE RODOVIA. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. DEVER DE INDENIZAR. REEXAME DO

CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. PRETENSÃO QUE VISA PROVOCAR O REJULGAMENTO DA MATÉRIA FÁTICA A FIM DE EVIDENCIAR A EXCLUDENTE CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. ACÓRDÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. APLICAÇÃO EM CASO QUE DEMANDA REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Não se conhece de Recurso Especial em relação à ofensa ao art. 535 do CPC/1973 quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

2. Cuida-se, na origem, de ação indenizatória proposta contra concessionária que administra rodovia devido a acidente de trânsito com resultado morte ocasionado pela má conservação da via.

3. O Tribunal de origem concluiu pela caracterização de todos os elementos da responsabilidade civil. Nesse sentido: 'Destarte, o evento danoso ficou devidamente constituído, sendo fato incontroverso a ocorrência do acidente, conforme farta documentação juntada aos autos, inclusive com croqui do local, mormente onde a motocicleta se acidentou ao transitar, deixando clara a existência de buraco na via pública. Nestes moldes, dentre as testemunhas arroladas, foi inquirida a testemunha, Nelson José Vieira, que relatou o ocorrido: '... no dia do acidente e no dia antes a testemunha passou no local do acidente e viu que o buraco já estava lá; já a uns quinze dias antes do acidente existia o buraco. Na época até comentava com a esposa para tomar cuidado com o buraco.

(...) Afirma que a noite o buraco não é visível, nem mesmo de dia pois é uma curva.' (fl. 346) Nesse mister, decota-se da documentação exarada em perícia, ora elaborada pelo Instituto de Criminalística de Botucatu, mormente demonstrou as avarias na motocicleta acidentada, lesões sofridas pela vítima, buracos existentes na pavimentação, consubstanciando com a demonstração pela péssima conservação da via asfáltica (fls. 172/185). Há, também, nos autos a elaboração do Boletim de Ocorrência, mormente detalha os fatos ao constatar que o acidente de trânsito ocorreu quando a vítima transitava na via pública e desgovernou-se, vindo a cair no solo, causando-lhe lesão corporal de natureza grave (fl. 187/188). Por outra face, por mais que este Juízo se sensibilize com 'alegação pela culpabilidade da vítima, inexistente prova de ter o condutor concorrido para o resultado com a possibilidade de excesso de velocidade ou em estado de embriaguez,

ou que houvesse marca de frenagem no asfalto a evidenciar o suposto excesso. Constatou-se, das provas dos autos, que o referido acidente seria evitável caso a ré, fizesse a devida fiscalização, pois restou a ausência de manutenção e sinalização necessária da via, que deixou de ser providenciada, assumindo, desta forma, os riscos que tal atitude negligente e omissiva pudesse vir a causar' (fls. 555-556, e-STJ).

4. A obrigação de indenizar, no caso, está assentada em fatos e provas, aspectos estes que não podem ser revistos em Recurso Especial, diante do óbice da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

5. No processo civil brasileiro vigora o princípio do livre convencimento motivado: o julgador não está obrigado a decidir a demanda conforme o pleiteado pelas partes, mas sim de acordo com seu alvedrio, usando fatos, provas, jurisprudência e legislação que entender aplicáveis à espécie. Assim, é inviável a procedência do pleito recursal a fim de provocar o reexame de prova já analisada pelo Tribunal de origem.

6. O óbice da Súmula 7 do STJ é aplicável também ao Recurso Especial interposto com fundamento na alínea 'c' do inciso III do artigo 105 da Constituição da República.

7. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido" (STJ, REsp 1.666.487/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/09/2017).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço do Agravo para não conhecer** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

Ressalte-se que, em caso de reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, permanece suspensa a exigibilidade das obrigações decorrentes de sua sucumbência, nos termos do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministra ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora

